

CORREIO POLÍTICO

José Cruz/Agência Brasil



Vital: acordo para evitar desmoralização

Master, BC, TCU: batalha de lobbies na Esplanada

O acordo de cavalheiros entre o presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo Filho, e o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, é o último capítulo de uma impressionante batalha de lobbies que se assistiu nas últimas semanas na Esplanada dos Ministérios. Começando pelo Banco Master. O tamanho da rede de proteção que o banco de Daniel Vorcaro montara em Brasília talvez ainda não seja totalmente conhecida. E poderá ainda gerar constrangimentos caso avance mesmo no Congresso um pedido feito pela Rede e pelo Psol de CPI. A rede tem políticos, talvez ministros de altas Cortes e – investiga-se – influenciadores digitais contratados. A rede foi a primeira a se mexer.

“Liquidar” a liquidação

E fez com que, na sequência, se mexessem os outros lobbies. A rede do Master pretendia “liquidar” a liquidação do banco feita pelo Banco Central. Revertê-la. E, nesse caso, o caminho poderia estar na inspeção pedida pelo ministro do TCU Jhonatan de Jesus. Se a inspeção pedida por Jhonatan revertesse a liquidação, ficava comprometido o Banco Central. Então, moveu-se o lobby do Banco Central.

Antonio Cruz/Agência Brasil



Galípolo: defesa da autonomia do BC

Lobby do BC foi o segundo a se mover

A pressão do BC apontava para o que tecnicamente chamam de “risco sistêmico”: o questionamento poderia comprometer a autoridade monetária do banco. O lobby que se moveu parece ter envolvido até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que pediu a Vital do Rêgo que interferisse para anular a inspeção determinada por Jhonatan. Vital moveu-se. Parou a inspeção. Jhonatan resolveu deixar para o próprio plenário do TCU uma decisão final para o caso. O problema é que, assim, quem ficaria desmoralizado seria o TCU como Corte de Contas do país.

Para inglês ver

Mexeu-se, então, o lobby do tribunal. A conversa de Vital com Galípolo selou o acordo. A inspeção continuará. Mas o que se comenta nos bastidores é que será uma inspeção “para inglês ver”. Ao final, o plenário do TCU dirá que não se constatou nenhum problema na liquidação do Master. Fica mantida a autoridade do BC, mas fica mantido o direito de inspeção do tribunal.

POR
RUDOLFO LAGO

Caixa-preta

Galípolo aceitou o acerto porque continuava se movendo uma sombra de dúvida sobre o Banco Central. Parecia que as decisões do banco como autoridade monetária eram totalmente inquestionáveis e pouco transparentes. Uma caixa-preta que também não se justificaria e que geraria desgaste.

Independência

Não custa lembrar que o Banco Central tenta aumentar ainda mais sua autonomia. Uma PEC, de autoria do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) amplia essa autonomia, dando ao BC também independência financeira e orçamentária. A PEC é relatada por um senador de oposição, Plínio Valério (PSDB-AM).

Juros

E Galípolo a apoia. A autonomia que tem foi conquistada pelo BC em 2021. A partir de então, os presidentes passaram a ter mandatos de dois anos, que ultrapassam o mandato dos presidentes da República. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca escondeu sua contrariedade com esse arranjo.

Campos Neto

Enquanto o Banco Central foi presidido por Roberto Campos Neto, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Lula fazia questão de criticar e dizer que a política de juros altos era mantida por Campos Neto por motivação política. Campos Neto saiu, Lula indicou Galípolo. Mas os juros continuaram altos. Nada mudou na estratégia.

Trump

Curiosamente, esse ponto parece unir os pensamentos de Lula, um presidente de esquerda, aos de Donald Trump, o presidente dos Estados Unidos, de direita. Lá nos EUA, Trump também reclama da política de juros exercida pelo Federal Reserve (FED), o Banco Central norte-americano, e faz forte pressão.

Manifesto

Na terça-feira (13), Galípolo assinou, junto com outros presidentes de bancos centrais do mundo, um manifesto em apoio ao presidente do FED, Jerome Powell. Moveu-se aí mais um lobby forte: o lobby das autoridades monetárias do planeta. O jogo bruto. Ganha quem tem mais força e capacidade de pressão.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



É a segunda vez que Félix Mendonça Jr é alvo da PF

Deputado é alvo de nova investigação por emendas

Pela segunda vez, PF tem como alvo Félix Mendonça Júnior

Por Gabriela Gallo

A Polícia Federal (PF), a Receita Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram nesta terça-feira (13), a nona fase da Operação Overclean que visa desarticular uma organização criminosa suspeita de desvios de recursos públicos oriundos de emendas parlamentares e lavagem de dinheiro.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), foram bloqueados R\$ 24 milhões em contas bancárias de pessoas físicas e jurídicas investigadas na intenção de interromper a movimentação de valores de origem ilícita e preservar ativos para eventual reparação aos cofres públicos. O principal alvo desta fase da operação é o deputado federal Félix Mendonça Júnior (PDT-BA).

Segunda vez

Esta não é a primeira vez que o nome do parlamentar é citado na oposição das autoridades. Em junho do ano passado, na quarta fase da operação, Félix Mendonça Júnior foi um dos alvos investigados, tal como o assessor parlamentar do deputado, Marcelo Chaves Gomes.

De acordo com as investigações preliminares dos agentes de segurança, o parlamentar teria se aproveitado do pagamento de propina direta e indiretamente por alocar emendas a, no mínimo, três municípios baianos.

De acordo com a PF, os investigados podem responder pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e contratos administrativos, além de lavagem de dinheiro.

O representante do PDT na Câmara é um dos diversos parlamentares alvos de operações que investigam o desvio de recursos de emendas parlamentares. Ao menos 30 parlamentares são alvos de investigações ligadas ao orçamento.

Por meio de suas redes sociais, Félix Mendonça divulgou uma nota o qual manifestou ter recebido a notícia com “surpresa e indignação”. A assessoria do parlamentar citou que, desde que o deputado foi alvo em junho de 2025, não foi “encontrado qualquer elemento ou evidência contra o deputado” e que ele vem colaborando com as investigações.

Ao Correio da Manhã, o professor de direito penal do Ibmec Brasília Tédney Moreira avaliou que, “tendo em vista a complexidade da finalidade e das etapas de destinação das emendas parlamentares, conter os seus desvios exige um conjunto de medidas institucionais, legais e também tecnológicas”.

“É fundamental a revisão dos critérios de liberação”, defendeu.